

A s s i s t ê n c i a , M e d i c i n a e S o c i e d a d e

o Hospital de Nossa Senhora do Pópulo fundado em 1485

nas *caldas* de Óbidos, e sua evolução*

João B. Serra

As *caldas* de Óbidos (antes da fundação do Hospital)

O conhecimento e utilização das nascentes minero-medicinais caldenses está documentado a partir do século XIII. Embora já tenha sido aventada a hipótese da existência no local de termas romanas, a investigação encontra num testamento de 1222 a primeira referência inequívoca às futuras Caldas da Rainha. D. Zoudo, natural da Atouguia e proprietário em Tornada, lega um morabitino para melhoria dos banhos das *caldas de Óbidos*, outro a uma albergaria ali existente e outro à confraria do Espírito Santo. Segundo os estudiosos das origens medievais das Caldas¹, surgem aqui claramente definidos os elementos de um complexo termal formado por nascentes, albergaria, uma confraria e uma Ermida do Espírito Santo (e talvez ainda uma outra, consagrada a S. Silvestre), encontrando-se a assistência a cargo dos irmãos da ordem beneditina de Santa Maria de Rocamador.

* Comunicação apresentada ao Congresso comemorativo do V Centenário da Fundação do Hospital Real do Espírito Santo de Évora, realizado nesta cidade em Novembro de 1995.

¹ Saúl António Gomes, "Para uma História Leiriense: algumas notas sobre o princípio medieval de Caldas da Rainha", in *Região de Leiria*, 15-4-1983 a 13-5-1983. João Saavedra Machado, Azulejos do Hospital Termal das Caldas da Rainha: séculos XVI-XVIII, Caldas da Rainha, Museu de José Malhoa, 1987, e "As Caldas: a fundação do Hospital e da Vila pela Rainha D. Leonor", in *Terra de Águas: Caldas da Rainha, História e Cultura*, Caldas da Rainha, Câmara Municipal, 1993.

Que nesta segunda década do século XIII as *caldas de Óbidos* eram procuradas por doentes que se deslocavam de um raio relativamente extenso prova-o o Compromisso da Gafaria de Santarém, datado precisamente do ano seguinte ao do testamento acima referido. Os leprosos que demandassem os banhos ("Se o gafo ou gafa quiser ir em romaria ou à caldas...") teriam direito a 12 dias de ração. Também dispomos de um testemunho para a primeira metade do século XIV: uma carta de Alvaro Pais, bispo de Silves, que de Alcobaça escreve a D. Afonso IV, em 1336 ou 1337, informando-o que dali seguiria para as caldas de Obidos afim de completar o tratamento de uma doença de pele².

Em meados do século XV, porém, estas instalações devem ter-se degradado, facto a que não será estranha a própria diminuição de actividade dos irmãos de Santa Maria de Rocamador. Em 1474, já depois de finda a presença da ordem em Portugal, D. Afonso V procura aliciar, com amplos privilégios, quem se quisesse fixar no lugar das *caldas*, proporcionando aos visitantes dormida, comida, conforto³. Aparentemente, tal medida não terá obtido resultados duradouros. Também se refere a "uns banhos destruídos" existentes no local, uma "súplica" de D. Leonor ao Papa Alexandre VI, datada de 1496⁴.

Fundação: Hospital, Igreja, Vila

Caberia a esta rainha, donatária da vasta circunscrição de Óbidos, iniciativa bem mais profícua. Depois de, a expensas suas, ter ordenado obras destinadas a melhorar o acolhimento dos doentes ("correição dos banhos e das casas de aposentamento dos doentes"), acabou por decidir a edificação de um grande hospital, com Igreja anexa, o qual deu origem a uma nova povoação, breve dotada de estatuto autónomo relativamente a Óbidos.

² António Domingos de Sousa Costa, *Estudos Sobre Álvaro Pais*, 1966, p. 94 e 121.

³ Augusto da Silva Carvalho, "Novas contribuições para a História das Caldas da Rainha". In *1º Congresso Luso-Espanhol de Hidrologia. Actas, alocações, comunicações*. Lisboa, 1947.

⁴ Saúl António Gomes, *As Cidades têm uma História: Casaldas da Rainha, das origens ao século XVIII*, Caldas da Rainha, Património Histórico, 1994.

Esta sequência de medidas decorre num contexto global de reforma da assistência⁵, na qual tiveram acção preponderante tanto D. Leonor, como o marido, D. João II, o o irmão, D. Manuel. Mas é igualmente reportável a um contexto regional de tensão entre os senhorios do Mosteiro de Alcobaça e de Óbidos (terra das Rainhas), não sendo ainda porventura estranha à própria experiência da protagonista que alguns crêem ter experimentado pessoalmente os efeitos curativos das águas sulfúreas das Caldas. A crença da Rainha nas imensas e poderosas virtudes das nascentes encontra-se abundantemente atestada na obra que o provedor Jorge de S. Paulo consagrou à história do balneário caldense⁶.

As primeiras obras patrocinadas pela Rainha, presumivelmente destinadas à reconstrução de uma albergaria ou hospício, e iniciadas na data simbólica de 22 de Janeiro de 1485, tiveram como resultado um rápido aumento do afluxo de doentes, vindos de todo o País. Esse facto, aliado à confirmação médica das inúmeras virtualidades terapêuticas das nascentes, e bem assim à verificação prática do notável volume do respectivo caudal, levou D. Leonor a inflectir o projecto no sentido de um hospital moderno.

O modelo medieval de assistência aos pobres e doentes esgotara-se. O crescimento demográfico e a polarização urbana aconselhava a concentração de meios financeiros e logísticos e exigia a intervenção da coroa. Em Coimbra, Évora e Santarém, procedeu-se, nos finais do século XV e princípios do seguinte, à incorporação dos pequenos hospitais em hospitais maiores. A medida, proposta pelo monarca e aprovada pelo Papa foi, em 1501, estendida a todo o País. Mas o primeiro ensaio deste tipo de reforma teve lugar em Lisboa, onde a criação de um novo hospital - o futuro Hospital de Todos-os Santos - foi autorizada em 1491.

⁵ Cf. Maria José Ferro Tavares, *Pobreze e Morte em Portugal na Idade Média*, Lisboa, Presença, 1989, *Idem*, "D. João II e D. Leonor: da assistência caritativa à assistência centralizada", in *IX Encontro de Professores de História: Comunicações*, Caldas da Rainha, Património Histórico, 1995.

⁶ Jorge de S. Paulo, *O Hospital das Caldas da Rainha até ao ano de 1656*, 3 vols, Lisboa, Academia das Ciências, 1967-68.

Com as suas 7 enfermarias e 110 camas, o Hospital das Caldas foi um dos maiores do seu tempo, só ultrapassado precisamente pelo da capital do Reino. Distingue-se porém de todos os outros pela circunstância de recorrer a "uma só medicina de banhos". Neste particular, há quem lhe atribua uma prioridade mundial. O historiador médico Fernando da Silva Correia classificou-o como "o primeiro grande hospital termal de que há memória em qualquer País, com consulta médica obrigatória, médico, farmacêutico e enfermeiros privativos, registo de doentes e estatística desde o começo do século XVI"⁷.

Consagrado, tal como a Igreja, a Nossa Senhora do Pópulo, o Hospital teve o seu primeiro regulamento - Compromisso - aprovado em 1512⁸. Boa parte dessas normas fora ditada já pela experiência, pois desde 1485 que era exercida a administração das *caldas* em nome da Rainha. Em 1507 solicitara D. Leonor colaboração para o mesmo efeito ao prelado D. Jorge da Costa. Este bispo, já de avançada idade, prestava serviço no Vaticano, e, falecendo pouco depois, veio a ser sepultado na Igreja romana de Santa Maria del Pópulo⁹.

Os planos e direcção de obras do hospital e igreja foram confiados a Mateus Fernandes. Dois filhos deste arquitecto da Batalha - Mateus Fernandes II e Aleixo Anriques - trabalharam igualmente naquelas edificações. O templo foi dado por concluído em 1500 e o estabelecimento hospitalar em 1502 ou 1503¹⁰, embora tanto num caso como no outro, as obras tivessem prosseguido. No caso da Igreja, essas

⁷ Fernando da Silva Correia (revisão, prefácio e notas), *Antiguidades das Caldas da Rainha e do tempo da Rainha D. Leonor*, Caldas da Rainha, 1959.

⁸ Publicado por Margarida Gouveia in *O Compromisso da Rainha: exposição realizada na Capela de S. Sebastião*, Caldas da Rainha, Património Histórico, 1992.

⁹ Augusto da Silva Carvalho, *Memórias das Caldas da Rainha: 1484-1884*, Lisboa, 1932, José Custódio Vieira da Silva, *A Igreja de Nossa Senhora do Pópulo das Caldas da Rainha*, Caldas da Rainha, 1885, Vitor Serrão, "O mecenato da rainha D. Leonor e a pintura de corte", in *Oceanos*, nº 8, Lisboa, 1991.

¹⁰ João B. Serra, "Compreender as origens: sobre o significado da criação da vila das Caldas", in *Gazeta das Caldas*, 17 de Maio de 1985, e *Introdução à história das Caldas da Rainha*, 2ª edição, Caldas da Rainha, Património Histórico, 1995.

obras eram requeridas pelo facto de, além de capela do Hospital, ela ter passado a desempenhar também funções de matriz de uma vila.

A fundação de um complexo desta natureza e dimensão exigia um enquadramento económico e social local suficiente. A partir de 1488, a requerimento de D. Leonor, D. João II e D. Manuel determinam uma série de providências com a finalidade de atrair e fixar populações, garantir o estatuto administrativo da povoação entretanto formada, e, em simultâneo proporcionar ao senhorio hospitalar os rendimentos necessários ao exercício das suas funções.

Em 1502 D. Manuel manda avaliar os bens pertencentes a D. Leonor, a quem cede, no princípio do ano seguinte diversos direitos senhoriais sobre as vilas de Óbidos e Aldeia Galega da Merceana, os quais serim depois legados em testamento ao hospital. Nesse documento diz-se já, expressamente, que este fora mandado fazer pela Rainha "na sua vila das Caldas". Em Março de 1511 o monarca confirmava o título de vila atribuído às Caldas através de carta régia em que se procedia à demarcação do termo da nova localidade.

Em 1527, dois anos após a morte de D. Leonor, com os seus 86 fogos, a nova vila apresentava um porte demográfico ligeiramente inferior ao da média das 14 vilas dos coutos de Alcobaça, que era de cerca de 110 fogos. Mas a densidade populacional era sem dúvida muito superior, atenta a exiguidade do território caldense. Efectivamente, o concelho das Caldas não dispunha, praticamente, de zona rural, facto que pautaria o percurso histórico da região até à revolução liberal oitocentista.

O modelo de funcionamento do Hospital nos séculos XVI a XVIII

D. João III confiou em 1532 a administração dos hospitais de Coimbra, Santarém, Évora, Lisboa e Caldas à Congregação de S. João Evangelista, também chamada de Santo Elói, uma ordem de padres seculares criada em 1421. O lugar de provedor passava a ser exercido por mandatos de 3 anos, sendo de escolha da Congregação, sujeita a posterior confirmação régia. O Tribunal da Mesa da

Consciência e Ordens, instituído também no ano de 1532 exercia poderes de fiscalização relativamente à gestão do senhorio.

Esta solução administrativa, conjugada com as regras consagradas no Compromisso e os conceitos e práticas médicas, definem um modelo de funcionamento do Hospital, que se manterá até ao século XVIII.

Além do balneário propriamente dito, formado por três piscinas, o edifício integrava diversas enfermarias, duas das quais especificamente destinadas a entrevados, uma a convalescentes e outra a peregrinos, e diversas salas de apoio, incluindo uma botica, e dependências para habitação dos empregados e armazenamento de equipamentos e géneros. Aos doentes pobres de todo o País era garantida assistência gratuita. Efectivamente das 110 camas, 70 destinavam-se a doentes pobres (e as restantes a pensionistas, frades e peregrinos).

Os enfermos eram previamente examinados por um médico encarregado de proceder à selecção dos que podiam ser admitidos. A exclusão abrangia os considerados incuráveis, os sarnosos, os leprosos e os chaguentos. Antes de iniciarem os banhos, aos doentes eram receitados purgas e xaropes durante 3 a 5 dias. O período de internato durava cerca de 4 semanas, no decorrer das quais o tratamento dos pacientes incluía não apenas os banhos, cuja duração e frequência aliás dependia de prescrição médica, mas também dieta rigorosa, observância de princípios elementares de higiene, interdição absoluta de qualquer promiscuidade sexual, além da aplicação de meios medicamentosos complementares.

O serviço clínico é assegurado por um físico-cirurgião residente pelo menos de 1 de Abril a 31 de Setembro, auxiliado por um boticário, 3 enfermeiros e um barbeiro-sangrador. O quadro de oficiais previsto completava-se com um vigário, 3 capelães e um tesoureiro para a Igreja, um almoxarife, um ajudante e um escrivão, 2 hospitaleiros e uma cristaleira. A superintendência era atribuída a um provedor com amplas prerrogativas.

A experiência foi definindo o elenco das patologias tratadas no balneário caldense. O principal grupo de diagnóstico foi, desde sempre, o das "frialdades", ou, para usar uma terminologia moderna, o das doenças reumáticas e musculoesqueléticas¹¹. Mas a reputação adquirida pelas termas caldenses trouxe até às Caldas pessoas com doenças do aparelho digestivo, ginecológicas e até de pele.

A administração dos lóios, tem sido responsabilizada por uma quebra de prestígio do hospital durante o século XVII¹². A frequência das queixas junto da Mesa de Consciência e das correspondentes visitas realizadas por este tribunal constituem indícios de que a acção dos "cónegos azuis", como eram chamados em virtude da cor das túnicas e mantos, foi contestada. As arrastadas e sucessivas demandas em que o hospital foi forçado a envolver-se, para sustentar a cobrança de direitos, dão igualmente nota de alguma perda de influência. Desta derrapagem também há sinais no sistema de relações com os órgãos municipais, surgindo as Rainhas, a cuja Casa o concelho está adstrito, a arbitrar favoravelmente à Câmara alguns conflitos jurisdicionais¹³.

No domínio das artes, os estudiosos não hesitam em falar de decadência. Victor Serrão, num texto recente, contrapõe os "tempos de florescente actividade social, económica, artística e cultural" que se viveram nas Caldas do período manuelino, ao "periferismo" da produção do período maneirista, "quantitativamente parca e falha de verdadeiro rasgo inventivo"¹⁴.

¹¹ Fernando da Silva Correia, *Um balneário português do fim do século XV (Caldas da Rainha)*, separata de "O Instituto", Coimbra, 1928, e *A Medicina Termal Portuguesa na Época da Restauração*, Lisboa, 1944, A. Varejão Castelo-Branco, "Evolução do termalismo em Portugal durante os últimos anos", comunicação ao *Encontro Luso-Espanhol de Hidrologia Médica*, Caldas da Rainha, Junho de 1985 (mimeo).

¹² Vide Augusto da Silva Carvalho, *Memórias das Caldas da Rainha...*, cit.

¹³ Maria Fernanda Guilherme Ferreira, *Caldas da Rainha: Elementos para a história do aglomerado urbano*, Lisboa, 1972 (dissertação para obtenção da licenciatura em Geografia, mimeo).

¹⁴ Victor Serrão, "A Arte na vila das Caldas da Rainha durante o século XVII: o apogeu contra-reformista numa dimensão de periferismo", in *Terra de Águas: Caldas da Rainha, História e Cultura*, cit.

Na segunda metade do século, estabilizada a situação político-militar depois da paz com Castela, a concorrência tende a aumentar, acompanhando uma tendência que se desenvolverá nos séculos seguintes: a adopção das termas pelas elites sociais como estação de veraneio.

Um século de reformas

Este interesse da aristocracia pelo aquismo é aliás detectável noutros países da Europa, como fenómeno do século XVIII. Está associado a uma apropriação do tema da água minero-medicinal pela Química e pela Medicina, decorrente aliás de uma alteração do paradigma teórico relativo à água¹⁵. De princípio básico e unitário da natureza, ela passou a ser entendida como um composto, cujas virtudes dependiam afinal dos elementos transportados.

Durante o século fizeram-se inúmeras análises aos «contentos» das águas caldenses, discutiu-se muito àcerca não só da sua composição como das respectivas indicações e contra-indicações terapêuticas, a Universidade de Coimbra e a Academia das Ciências envolveram-se no estudo da questão.

Em 1735, o médico londrino Jacob de Castro Sarmiento, um português «estrangeirado», verificava consternadamente que as águas das Caldas não eram conhecidas fora de Portugal, podendo e devendo sê-lo, pois no seu entender equiparavam-se às três mais famosas da Europa: Aix-la-Chapelle na Alemanha, Bourbon em França e Bath na Inglaterra. Em 1743, o próprio Sarmiento mandou recolher amostras das nascentes caldenses, que analisou. O relatório circunstanciado que publicou em 1755 teve reedição dois anos mais tarde. Entretanto, as suas observações cruzaram-se ainda com as que, em 1742, o brigadeiro Manuel da Maia tomou a iniciativa de efectuar.

¹⁵ Cf. João B. Serra, "Leituras de águas: mito, razão e experimentalismo nas análises às nascentes termais caldenses", in João B. Serra, Vasco Trancoso, *Sobre as Águas; Hospital Termal Rainha D. Leonor*, Caldas da Rainha, Centro Hospitalar das Caldas da Rainha, 1991.

Esas observações indiciam uma preocupação com o conhecimento da águas termais das Caldas da Rainha e com a sua valorização. Elas justificaram, por outro lado, a oportunidade de uma profunda reforma do estabelecimento hospitalar caldense.

A começar pela reforma do edifício. Este, mau grado as obras ordenadas por D. Luisa de Gusmão e D. Pedro II, vira instalações e equipamentos degradarem--se profundamente desde os tempos da Rainha fundadora.

Segundo o P.^e Luis Cardoso, em 1751¹⁶, a obra antiga encontrava-se enterrada, devido às infiltrações, tornando-se por isso necessário levantar o pavimento até ao nível da Igreja da vila «por onde se subia por muitos degraus e agora se sobe só por um». Elevou-se pois o pavimento e o edificio cresceu, ocupando espaço do largo fronteiro e do lado sul. Aqui tornou-se necessário derrubar algumas casas, de modo a, para usar de novo expressão do mesmo autor, «insular» o Hospital, «aumentar e melhorar as enfermarias dos homens e os banhos, e recolher dentro do mesmo edifício todas as oficinas que se acham dispersas fora dele». O Hospital passou a dispôr de 143 camas e 44 camarotes. Das antigas edificações pouco foi conservado.

A Rainha, D. Maria Ana de Austria tomou, entretanto, a seu cargo a construção um novo edificio para a Câmara, dotado de «açougues de carne e peixe». Devido às obras na Praça Velha e à expansão do Hospital para sul, a casa outrora ocupado pela Câmara e cadeia fora sacrificada. Mas a instituição municipal ganhou com a substituição: o «melhor lugar da Praça do Rocio» em vez do «lugar oculto, triste e escuro» que ocupara desde o século XVI.

¹⁶ Citado em Luís Nuno Rodrigues, *Memória das Caldas: 1758*, Caldas da Rainha, Patrimóni Histórico, 1991.

Obra do maior alcance foi a do abastecimento de águas potáveis à vila, tradicionalmente problemático. Três novos chafarizes situados na rua da Calçada da Rainha, nos largos a sul e fronteiro ao Hospital vêm dar resposta às carências das áreas de maior concentração populacional da vila: o velho bairro que se desenvolvera junto da rua Nova, o Rocio e o cabo da Vila (este abastecido por um monumental chafariz de 5 bicas). O transporte da água foi assegurada através de um aqueduto construído na Mata pertencente ao Hospital.

O plano de todas estas obras foi confiado ao brigadeiro Manuel da Maia, Engenheiro-Mor do Reino. A sua execução decorreu de 1747 a 1750, sob a direcção de Eugénio dos Santos¹⁷.

À reforma do edifício hospitalar seguiu-se a dos estatutos, decretada pelo Marquês de Pombal, a 20 de Abril de 1775. Pelo novo regimento, substituindo o da Rainha D. Leonor, a tutela da instituição passava para a Secretaria de Estado dos Negócios do Reino, a quem competia nomear e demitir a direcção. As providências deste diploma vão no sentido de disciplinar a administração do Hospital cuja feição essencialmente termal é aliás vincada. Proibe-se a aceitação de doentes para quem a água mineral não constitua terapêutica adequada e ordena-se a criação de enfermarias especificamente destinadas a convalescentes.

Finalmente, à saída do século, o Hospital dota-se de um Passeio, uma área complementar da chamada Convalescência, para o "desafogo e recreio" dos aquistas¹⁸. A valência termal toma a partir de então, ao longo do século XIX e boa parte do século XX, o lugar dominante na história da instituição criada pela Rainha D. Leonor nas suas *caldas*.

As termas da moda

¹⁷ Cf. Jorge Mangorrinha, "Arquitectura caldense no século XVIII", in *Terra de Águas...*, cit.

¹⁸ Dulce Soure, *Um parque para as termas história do Parque D. Carlos I*, Caldas da Rainha, Património Histórico, 1993 .

A revolução jurídica e fundiária liberal operada no País a partir de 1820 ,e sobretudo depois de 1834, afectou a base principal de financiamento do hospital. Em primeiro lugar, a instituição deixou de contar com as rendas obtidas por título de foral, ou seja os oitavos e as jugadas de Óbidos e Aldeia Galega da Merceana, de que a Casa das Rainhas era senhora. Em segundo lugar, o processo de remissão dos foros foi sucessivamente diminuindo a propriedade detida pela instituição e por ela aprazada a lavradores da região.

Com o liberalismo, o Hospital Termal acabou por ser plenamente estatizado, integrado no património do Estado, que assumiu simultaneamente a responsabilidade de prover às suas despesas. O orçamento do hospital passou a figurar no Orçamento Geral do Estado português. A sua tutela coube a partir de então ao Ministério do Reino, pelo qual corriam as questões assistenciais do País.

Estas alterações reflectiram-se no complexo de objectivos e critérios da gestão hospitalar, em correlação com o aumento e diversificação social da procura termal.

Fazer uma temporada nas termas torna-se dos hábitos cultivados pelas novas burguesias oitocentistas. «As pessoas que para ali vão» - escreve com ironia Júlio Cesar Machado - «ou estão doentes ou fazem como se o estivessem; uns tomam banho; outros de manhã bebem água, e à noite chá: ondas de água quente por diversos modos e sabor diferente»¹⁹.

Depois da côrte e dos deserdados, o século XIX trouxe até às Caldas aristocratas e burgueses, portugueses e espanhóis, ministros e deputados, militares, intelectuais, monárquicos e republicanos. Após 1887, com o caminho de ferro, trouxe também gente do povo, operários e empregados. Para todos eles, as termas caldenses significam um local de passeio ou uma atracção fascinante e

¹⁹ "Introdução" a Ramalho Ortigão, *Banhos de Caldas e Águas Minerais*, Porto, 1875.

aprovada pela moda - as águas medicinais - e não apenas um local onde se busca uma cura para uma doença precisa.

O século XVIII duplicara a frequência anterior. A segunda metade do século XIX duplicou a da primeira. Mas os banhistas são agora estatisticamente diferenciados: há os internos e externos gratuitos, e há os banhistas ricos. Os primeiros são doentes acolhidos à sombra da instituição de assistência fundada por D. Leonor, os segundos constituem um grupo de veraneantes que paga os serviços termais. A relação numérica do primeiro para o segundo conjunto de banhistas é de um para dois, o que representa uma inversão relativamente a séculos anteriores.

Sob o impulso destas novas realidades e conceitos, o Hospital das Caldas é remodelado e reformulado, no sentido de uma separação entre estabelecimento termal e hospital propriamente dito.

Atentos à concorrência, os administradores e o corpo clínico, quiseram fixar, através do desenvolvimento de novos métodos, equipamentos e aplicações, uma clientela abastada. Foi neste contexto que se verificou a entrada para o quadro das patologias das termas caldenses das doenças das vias respiratórias e se deram os primeiros passos no sentido da integração de tecnologias fisioterápicas no tratamento das doenças reumáticas e muscoesqueléticas.

Um plano de modernização das termas é formalmente aprovado em 1884, depois de mais de 3 décadas de propostas e ensaios. O Administrador e os médicos do hospital, apoiados por vários membros do Governo e autoridades médicas universitárias, reconhecem a «necessidade de reforma do hospital, estabelecimento balnear e suas dependências» aceitando implicitamente que "o estabelecimento balnear das Caldas da Rainha pode vir a ser considerado, senão o primeiro, como um dos primeiros da Europa». Eis as reformas preconizadas: separação física entre estabelecimento balnear - exclusivamente destinado às aplicações terapêuticas baseadas na água - e estabelecimento hospitalar; remoção do hospital civil de caridade da vila - o Hospital de Santo

Isidoro - para local distanciado das termas; salvaguarda da existência de canalização privativa dos esgotos do Hospital, beneficiação dos terrenos contíguos para fins de lazer, além de medidas destinadas a garantir a qualidade das águas e a disciplinar o serviço do balneário.

Para os próprios médicos termais, se é indispensável melhorar o hospital caldense, não o é menos «embelezar as suas dependências e melhorar as condições higiénicas da localidade, de forma a torná-la atraente e agradável, satisfazendo assim ao mesmo tempo as reclamações da ciência e as exigências da sociedade moderna». Finalmente é realçada a urgência da adopção de reformas, porque «sendo já elevado o número de pessoas que procuram as águas termais desta localidade, a concorrência deve multiplicar--se com o advento do caminho de ferro que muito breve há-de atravessar esta região».

A ligação ferroviária a Torres Vedras e à Figueira foi inaugurada em 1887/88, e neste mesmo ano, à frente da Administração do Hospital é colocado um arquitecto, com experiência anterior na gestão de um balneário termal propriedade de uma sociedade.

A primeira prioridade do novel Administrador, Rodrigo Maria Berquó será a construção de um «parque arbóreo com um grande lago que servirá não só para divertimento dos banhistas, podendo andar embarcados em pequenas canoas que se alugarão», onde, informa, «tenciono estabelecer diferentes jogos, tais como *lawn tennis*, *croquet*, jogo da bola, tiro à pistola, tiro à *setter*, passeios em velocípedes, etc. etc.; estas diversões tornarão sem dúvida - afirma Berquó - esta localidade muito mais aprazível, aumentando necessariamente a concorrência». A segunda será o abastecimento de água potável, dificuldade com que o Hospital sempre se debatera e que convinha resolver antes da construção do lago.

A seguir ao Parque, Berquó iniciou a edificação de um novo Hospital de Santo Isidoro. O projecto, da autoria do próprio arquitecto-administrador, a

muitos títulos original, foi implantado num pinhal distante 500 metros do centro urbano, junto à entrada sul da vila²⁰.

Depois, a um ritmo alucinante, em regime de administração directa, graças a um contingente de trabalhadores que o Estado dispensara em consequência da crise financeira de 90-92, foram conduzidas as seguintes campanhas: remodelação e ampliação do Clube de Recreio, e vedação do Parque, regularização do Largo fronteiro ao Hospital, terraplanagens e aterros com vista à abertura de uma circular ao Hospital que possibilitasse a vedação ao trânsito daquele Largo e o estabelecimento de uma continuidade perfeita entre o Hospital e o Parque, diversificação do complexo residencial, com a construção de um edifício para o Administrador e remodelação do que se destinava a aposentos reais, elevação de dois para três pisos do antigo Hospital joanino e profundas alterações da sua estrutura interna, construção de um novo Hospital no Parque - o Hospital D. Carlos I - cuja primeira pedra foi lançada pelo próprio Rei no dia da inauguração do Hospital de Santo Isidoro, a 13 de Março de 1893, e que ficou inacabado.

Esta campanha, desenrolando-se em paralelo com uma reforma estatutária que introduziu o princípio da separação orgânica entre Balneário e Hospital Termal, foi indubitavelmente uma campanha de notável dimensão e grande impacte urbanístico²¹.

Ao longo de toda a segunda metade do século XIX, os responsáveis do hospital fizeram-se insistentemente ouvir em defesa dos princípios higienistas, e da necessidade de, numa urbe termal, promover o saneamento e a salubridade públicos, defendendo a imagem do equipamento balneário na qualidade urbanística envolvente.

²⁰ Cf. João B. Serra e Jorge Mangorrinha, *O Hospital de Santo Isidoro: assistência, higiene e arquitectura no século XIX*, Caldas da Rainha, Património Histórico, 1993.

²¹ Cf. João B. Serra, "Crescimento demográfico e racionalização urbanística nos finais do século XIX: um estudo de caso", in *Comunicações ao Colóquio "Viver (n) cidade"*, Lisboa, laboratório Nacional de Engenharia Civil, 1992.

A vila crescera de forma rápida, beneficiando da vitalidade termalística, das vantagens dos novos sistemas de comunicações e da agressividade da agricultura comercial da região baseada no vinho e na fruta. Uma indústria artesanal antiga com feição singular - a faiança utilitária e decorativa - foi associada a esse momento favorável. Rafael Bordalo Pinheiro liderou um projecto de renovação técnica e artística da cerâmica caldense, que arrancou em 1884. Atento, o Estado destinou-lhes uma Escola Industrial²².

A presença das Obras Públicas e do seu corpo técnico, chamada não só pela Escola como pelas campanhas de construção de estradas e via férreas, acaba por se repercutir no reordenamento urbanístico. O planeamento da área de expansão da vila tem a sua assinatura, como a regularização de espaços públicos centrais (antigo Rocio, Praça Nova, Avenida).

À responsabilidade da iniciativa particular também podem ser creditados alguns equipamentos estratégicos, como a Praça de Touros, o Teatro Pinheiro Chagas, diversos grandes hotéis. Coube-lhe entretanto uma importante renovação da habitação urbana, dentro da inspiração romântico-revivalista e arte nova²³.

Conclusão

A fundação, em 1485 do Hospital das *caldas* de Óbidos inscreve-se num novo modelo de assistência, de que há outros exemplos no País, e numa reformulação de conceitos terapêuticos cuja prioridade para as Caldas da Rainha tem sido destacada. Com as suas 7 enfermarias e 110 camas, este Hospital foi um

²² Cf. João B. Serra, *Arte e indústria na cerâmica caldense: 1853-1977*, Caldas da Rainha, Património Histórico, 1991.

²³ Victor Serrão, "A Arte na vila das Caldas...", cit. Lucília Verdelho da Costa, "Arquitectura e urbanismo oitocentistas", in *Terra de Águas: Caldas da Rainha, História e Cultura*, Caldas da Rainha, Câmara Municipal, 199, Idem, "Azulejaria e arquitectura oitocentistas", in Margarida Gouveia e Joaquim António Silva, *Paredes de Louça: Azulejos de fachada das Caldas da Rainha*, Caldas da Rainha, Património Histórico, 1993.

dos maiores do seu tempo, só ultrapassado precisamente pelo da capital do Reino. Distingue-se porém de todos os outros pela circunstância de recorrer a "uma só medicina de banhos". Esta criação tem todavia antecedentes medievais, que a historiografia recente tem vindo a revelar e caracterizar.

A evolução dos conhecimentos e das práticas médicas e das estruturas hospitalares, em articulação com as mudanças das perspectivas científicas e das articulações Assistência-Medicina-Sociedade permitem destacar diversas fases na história do Hospital Termal.

Ao tempo da rainha fundadora, marcado por um forte desenvolvimento urbanístico e cultural, sucede um período de estabilização, marcada pela entrega da gestão do complexo hospitalar caldense à Congregação dos Padres de Santo Elói. O afastamento da "corte na vila" deste tempo levou Vitor Serrão a falar de "periferismo", a propósito das manifestações artísticas suscitadas pelo Hospital.

No século XVIII, além dos doentes pobres de todo o País, o Hospital das Caldas é cada vez mais procurado pela aristocracia de corte, e pelos próprios monarcas. A Medicina procura conhecer com maior rigor a composição das águas minero-medicinais caldenses e seus domínios de aplicação. D. João V ordena a construção de um novo edifício e D. José outorga um novo regulamento do Hospital. A vila é também beneficiada com um moderno sistema de abastecimento de águas e com um edifício dos Paços do Concelho. No final de Setecentos, é criado um Passeio para divertimento dos aquistas.

Durante o século XIX, o Hospital conquista novos públicos e áreas terapêuticas: além de portugueses, espanhóis, além da corte e dos estratos populares e rurais, as burguesias urbanas; além das doenças reumáticas, doenças das vias respiratórias. Sonha-se fazer das Caldas um dos maiores centros termais da Europa. O Passeio recebe um Clube e mais tarde é transformado em Parque, por Rodrigo Berquó. No tempo deste Director (1888-1896), um novo Hospital (Pavilhões

do Parque) é construído, o antigo recebe mais um piso, o Palácio sofre beneficiações. A vila urbaniza-se em função do termalismo.